

CORTINAZ, Tiago. **A construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e sua relação com os conhecimentos escolares.** 2019. 115 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2019.

## REFLEXÕES EDUCACIONAIS E POLÍTICAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) AO LONGO DA HISTÓRIA

*Edilayne Marjori Ribeiro<sup>1</sup>*  
*Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)*  
*dihribeiro\_@hotmail.com*

As discussões acerca da educação e seus referenciais curriculares permanecem inesgotáveis, ainda que se modifiquem os tempos, os governos e as opiniões. E é exatamente o que apresenta a pesquisa que resultou na tese de doutorado de Tiago Cortinaz (2019), intitulada: “A construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e sua relação com os conhecimentos escolares”.

Cortinaz é graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre e doutor em Educação pela mesma universidade, e sua tese, defendida em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, teve a orientação do professor doutor Luís Armando Gandin, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Sociologia também pela UFRGS e doutor (Ph.D.) em Curriculum and Instruction pela University of Wisconsin - Madison.

Com o objetivo maior de investigar a construção da BNCC para o Ensino Fundamental, Cortinaz (2019) analisou o contexto de elaboração desse referencial, os principais envolvidos nele e seus impactos nas diferentes áreas do conhecimento,

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná - UTP (2018), é pós-graduada em Neuropsicologia (2021) e mestre em Educação (2023) pela mesma universidade. É membro da Comissão de Educação Inclusiva da universidade, atendendo aos(as) alunos(as) e funcionários(as) com deficiência.

# Revista Resenhando

em um trabalho composto por 115 (cento e quinze) páginas de grandes enlaces de informações que evidenciaram as transformações de seu tema conforme o tempo e reflexões.

Essa tese foi orientada a partir do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS), na linha de pesquisa “Arte, Linguagem e Currículo”, que estuda temas como formação docente, políticas curriculares, questões do discurso e da imagem, bem como das poéticas da fala, do corpo e da escrita – algo que, ainda que implicitamente, se fez presente nas páginas da tese de Cortinaz, que perpassou por fontes documentais e de discurso de diversas pessoas para o mapeamento e as análises pretendidas.

Importante salientar que a tese foi publicada em 2019, ano em que o autor era subsecretário de Educação Básica do Distrito Federal, e primeiro ano de atuação do então presidente Jair Bolsonaro, bem como o ano que precedeu a pandemia instaurada em decorrência da COVID-19, fatores que poderiam causar novos desdobramentos nesta tese se considerado o passar do tempo.

Assim sendo, a tese é segmentada em 7 seções, intercalando entre narrativas referentes ao seu tema de pesquisa e explicações sobre a composição da tese em si.

A primeira seção, chamada de “Introdução”, apresenta, logo de início, o tema de sua pesquisa como sendo o processo de construção da BNCC, termo esse (“construção”) que Cortinaz (2019) justifica, em uma nota de rodapé, como estando presente no grupo responsável pela condução do referencial (Coordenação Institucional da Construção da Base Nacional Comum Curricular). Para que possa retratar a BNCC de forma mais aprofundada, o autor ressalta a necessidade de revisitar suas raízes nas Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), seu processo de construção e suas transformações durante os governos da democraticamente eleita presidenta Dilma Rousseff (PT), do presidente interino Michel Temer (MDB), e um pouco dos impactos iniciais da presidência de Jair Bolsonaro (PL), além de

justificar que para seu trabalho só seria considerada a BNCC para o Ensino Fundamental.

Na segunda seção, intitulada “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em um panorama histórico”, o autor desenvolve um estudo histórico da construção das políticas curriculares no Brasil, referenciando a LDB de 1961 e seus desdobramentos. O fim da Ditadura Civil-Militar, de acordo com Cortinaz (2019), teve grande influência na mudança desse cenário, algo que o autor articula com a descentralização das políticas educacionais e curriculares, das novas diretrizes propostas, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e da própria BNCC. O autor despende especial atenção à diferenciação das DCNs em relação aos PCNs, pois são “ao mesmo tempo mais abrangentes e menos específicas” (Cortinaz, 2019, p. 19): mais abrangentes porque contemplam um maior número de etapas e modalidades de ensino, mas menos específicas por não definirem em cada área do conhecimento nem nos anos/séries o que poderia ser ensinado nas escolas – informação que sustenta algumas das problematizações feitas ao longo da tese.

Ainda na segunda seção, Cortinaz (2019) discorre sobre os Planos Nacionais de Educação (PNEs) e as metas e estratégias desenhadas para esse referencial curricular, até chegar em um dos pontos centrais de sua tese: as pessoas envolvidas na construção das versões da BNCC. De acordo com o autor, a primeira versão contou com um amplo número de colaboradores: 132 (cento e trinta e dois) especialistas e 12.226.510 (doze milhões, duzentos e vinte e seis mil e quinhentos e dez reais) contribuições, advindas de escolas, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e professores, para que fosse lapidada e elaborada a segunda versão. Em paralelo a esse processo, Cortinaz (2019) descreve o golpe parlamentar de 2016 que resultou no *impeachment* e afastamento da presidenta Dilma Rousseff, bem como a entrada de Michel Temer na governança. Devido a esse fato, muitas mudanças e substituições aconteceram no Ministério da Educação (MEC) e noutros setores governamentais, impactando direta e negativamente na continuação da

construção da BNCC, a saber, redução para um grupo de 22 (vinte e duas) pessoas contribuintes no documento, discordâncias e atrasos nas entregas, além de uma mudança significativa: nenhuma apresentação referente ao Ensino Médio, justificada por Temer através de sua intenção em realizar uma posterior reforma nessa etapa de ensino. Desse modo, a BNCC para Ensino Infantil e Fundamental foi homologada em 2017, e a do Ensino Médio, em 2018.

Na terceira seção, “Justificativa”, Cortinaz (2019) apresenta quatro justificativas para a realização de sua tese: primeiramente, pelo histórico de construção de políticas curriculares no Brasil e a importância de identificar a participação popular dessas políticas; em segundo lugar, pela literatura educacional que pesquisa a BNCC, cujas análises não apresentam dados, documentos ou entrevistas que sustentem as influências da BNCC; como terceira justificativa, o autor ressalta a análise das continuidades e rupturas das diferentes versões da BNCC em relação aos conhecimentos escolares que foram sendo definidos nela com o passar do tempo; por fim, justifica sua tese pela necessidade de não reproduzir um pensamento hegemônico na universidade, sempre fazendo a proposição de problematizar e criticar o que é dito.

Essas justificativas são de suma importância para embasar as reflexões educacionais e políticas propostas por Cortinaz (2019), haja vista que, ao questionar esse histórico da BNCC, questiona-se também o impacto dos principais documentos da Educação em sociedade.

Logo após essa seção, o autor percorre a revisão de literatura pretendida para a pesquisa, objetivando compilar pesquisas anteriores, estabelecer um diálogo com autoras e autores e compor sua própria perspectiva teórico-analítica. Em uma das subseções, “Currículos nacionais e a construção da BNCC”, o autor comenta sobre grupos de estudos e pesquisas na temática, bem como o seu ponto de partida para a tese: “[...] por que a BNCC passou a fazer parte da agenda governamental e, como sugerem alguns estudos, passou inclusive a ser uma prioridade do Ministério da Educação?” e, ainda, “como seu [sic] deu a interlocução com esses grupos que não

fazem parte da estrutura do Estado, mas têm participado ativamente junto ao Estado na construção de políticas educacionais?” (Cortinaz, 2019, p. 35). Um destaque dado pelo autor a partir dos grupos mencionados é em relação às questões de exclusões/inclusões de raça, gênero, sexualidade e classe social, ressaltando – não só nesse momento, como em vários outros de seu texto – a importância de analisar os referenciais curriculares a partir desses recortes também.

Sobre o tema, cabe destacar Geraldi (2015) quando discorre sobre a uniformização do ensino e da BNCC em um país caracterizado por sua diversidade:

[...] uniformização do ensino, ainda que ideologicamente justificada para parecer que vivemos numa sociedade sem desigualdade social e regional, de fato atende a necessidades do projeto neoliberal de educação que orienta todos os seus horizontes pelas avaliações de larga escala (Geraldi, 2015, p. 393).

Nesse sentido, Cortinaz (2019) pontua que as avaliações de larga escala passaram a ser o único indicador de qualidade da educação, com uma rotina de treinamentos e aplicação de testes, em vez de uma perspectiva para outras questões individuais e sociais, como a diversidade.

Continuando na esteira de compartilhar forma e conteúdo de sua tese, após apresentar seu problema de pesquisa e seus objetivos, Cortinaz (2019) detalha, na quarta seção (“Metodologia”), a metodologia de pesquisa escolhida para as análises de seu objeto – a abordagem do ciclo de políticas, contemplando contexto de influência e contexto da produção de texto, e agrupando por temáticas as entrevistas realizadas com onze agentes da Educação, a fim de construir unidades de análise e executar através da análise relacional a partir de Young (2007; 2016), Goodson (1995), Apple (1989; 2000) e Williams (1979).

Ainda na quarta seção, o autor cita a linguagem presente nesses documentos e a importância de estar acessível e articulada, principalmente com professores – que são os destinatários desses textos. Ainda sobre professores, ele justifica a abordagem do ciclo de políticas como uma que “[...] considera que as professoras e professores exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais”. Essa abordagem também “considera que as condições

nas quais as políticas são implementadas são diversas e desiguais” (Cortinaz, 2019, p. 47).

Na seção “Referencial Teórico”, o autor visa articular as políticas curriculares com os conhecimentos escolares que, segundo ele, são ou deveriam ser objetos dessas políticas. No decorrer da seção, portanto, Cortinaz (2019) aborda temas como desigualdades nas políticas e referenciais curriculares, a força da BNCC por estar perdurando seu terceiro governo, como a teoria de Apple (1989; 2000) se relaciona com esses temas e o quanto educar é um ato político. Na mesma linha de pensamento, Cortinaz (2019) afirma o quão fundamental é sabermos quem está envolvido na construção de referenciais curriculares e currículos, objetivando entender, com isso, os vieses que podem ocorrer a partir do olhar de cada especialista. Em seguida, ao articular-se com Young (2007; 2016), o autor da tese resgata o tema da exclusão, ao afirmar que a definição de um conhecimento oficial nesses referenciais pode marginalizar e excluir certas minorias sociais – tema que se relaciona com a subseção seguinte, “Tradição seletiva e conhecimento poderoso”, por abordar o desafio de se buscar “universais” aceitos pela maioria mas, ao mesmo tempo, que contemple as minorias; ademais, Cortinaz (2019) segue diferenciando os conhecimentos, dando destaque ao conhecimento escolar e os do dia a dia, nos quais a escola tem papel fundamental em abraçar.

A quinta seção é finalizada com o subtítulo “Justiça curricular”, que trata muito do acesso à escola e da distribuição escolar para as classes sociais – o autor se posiciona, diante de todos os temas supracitados, de maneira a sublinhar a importância de se analisar o contexto da BNCC sob esses pontos de vista, englobando outros recursos como saúde e alimentação, assim como as relações formadas dentro e fora da escolarização. Seus posicionamentos dialogam com Connell (1993), que reflete sobre a conexão entre educação e justiça social, perpassando pela questão de exclusão social que estudantes vivenciam:

A definição de aprendizados comuns que está institucionalizada no currículo acadêmico, sua linguagem e suas práticas de ensino e avaliação, também resultam em uma exclusão generalizada de alunos da classe trabalhadora

# Revista Resenhando

do mundo da educação mais elevada e dos recursos aos quais ela dá acesso. O processo é sutil e complexo, mas os efeitos são poderosos (Connell, 1993, p. 36).

Para melhor explicar o tema, Connell (1993), conforme Cortinaz (2019), apresenta três razões principais para a educação e o social: em primeiro lugar, a educação como um importante bem público, envolvendo muitas pessoas, estruturas e orçamentos; como segunda razão está o conhecimento organizado e sua importância para suprir carências, principalmente entre homens e mulheres, nos setores produtivos da sociedade; a última razão é, então, a massificação do ensino e as desigualdades que surgem de estudante para estudante, tanto num panorama micro quanto num panorama global, quando não há qualidade na educação.

A penúltima seção, “Análises”, é dedicada a alguns questionamentos de Cortinaz (2019), como: 1) “Por que a BNCC se tornou uma prioridade na agenda governamental neste período histórico específico?”, em que aborda as avaliações de larga escala como propulsoras das aprendizagens dos alunos, além da falta de evolução do Ideb nos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; 2) “Quais foram os agentes e agências envolvidos na construção da BNCC e como foi sua atuação nesse processo?”, retomando o contraste numérico dos contribuintes para a construção da BNCC e dos órgãos nacionais e internacionais que cercaram o processo; 3) “Como foi o trabalho da equipe de coordenadores, assessores e especialistas na construção da BNCC em relação à definição dos conhecimentos escolares?”, discutindo sobre as tradições acadêmicas da Educação Básica e as disputas ideológicas e epistemológicas desse processo; e 4) “Como se caracterizaram as diferentes versões da BNCC e quais foram as continuidades ou rupturas decorrentes do espectro político mais amplo?”, ilustrando as modificações nas áreas do conhecimento e nos componentes curriculares, as versões da BNCC e algumas problemáticas observadas.

Em suas considerações finais, na sétima seção, Cortinaz (2019) coaduna suas análises e reflexões das seções anteriores, deixando claro o seu posicionamento de que o trabalho de construção de um referencial curricular como a

# Revista Resenhando

BNCC deve ser feito em comunhão com professoras e professores, e não centralizado em governos e especialistas. Finalizando com seus aprendizados ao longo de sua pesquisa e tese de doutorado, o autor defende que podemos e devemos ir muito além da BNCC, mas que ela não deixa de ser um ponto de partida para o debate educacional em muitos contextos escolares.

## Referências

CONNELL, Raewyn. **Schools and Social Justice (Our Schools)**. Philadelphia: Temple University Press, 1993. 140 p.

CORTINAZ, Tiago. **A construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e sua relação com os conhecimentos escolares**. 2019. 115 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2019.

UFRGS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. **Arte, Linguagem e Currículo**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgedu/arte-linguagem-curriculo/>. Acesso em: 14 mai. 2022.

Recebido em: 23/10/2022

Aprovado em: 24/05/2023

Revista Resenhando	Alfenas, MG	v. 6	n. 2	ISSN 2675-7036
--------------------	-------------	------	------	----------------